

39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**GT01 - ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS EM PERSPECTIVA
COMPARADA**

**LUTA POR RECONHECIMENTO, CONSIDERAÇÃO E DIREITOS NOS
MOVIMENTOS PAREDISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ (1997-2011):
UM ESTUDO DE TRAMAS REIVINDICATÓRIAS NO CONTEXTO
BRASILEIRO.**

AUTORES:

LEONARDO DAMASCENO DE SÁ (UFC)

LARISSA JUCÁ DE MORAES SALES (UFC)

ANTONIO SABINO DA SILVA NETO (UFC)

LUTA POR RECONHECIMENTO, CONSIDERAÇÃO E DIREITOS NOS MOVIMENTOS PAREDISTAS DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ (1997-2011): UM ESTUDO DE TRAMAS REIVINDICATÓRIAS NO CONTEXTO BRASILEIRO.

INTRODUÇÃO

Este artigo discute eventos críticos (DAS, 1995), no campo da segurança pública, envolvendo demandas de direitos das "tropas" da Polícia Militar. Essas tramas reivindicatórias são nacionais e se iniciaram em movimento de contestação do que os atores sociais definiram como "militarismo". Em 1997, o movimento foi desencadeado pela PM de Minas Gerais, evento que obteve forte adesão de tropas de outros 14 estados. No Ceará, houve confronto armado e o Comandante Geral da PM foi baleado. Em 2011, outro movimento paralisou o Ceará, levando ao decreto do estado de emergência e intervenção do Exército. Policiais foram acusados de formar milícias para realizar guerrilha, foi "o dia do medo", com adesão de antigos líderes de 1997.

Policiais militares líderes do movimento adentraram no campo profissional da política, como vereadores, deputados estaduais e federais, e possuem plano eleitoral para lançar candidato PM ao governo do Ceará. Partimos de trabalho de campo que realizamos em 1997 e em 2011 e do acúmulo de documentação variada, incluindo entrevistas em profundidade com os líderes de 1997 e 2011. O intuito é analisar como tais conflitos geraram uma nova configuração do campo da segurança pública.

MOVIMENTO GREVISTA DE 1997

O ano de 1997 marca um fato histórico para o campo da Segurança Pública brasileira, o que antes era considerado inconcebível dentro da corporação policial militar de fato ocorreu. O mês de junho marca o início das primeiras manifestações públicas de cunho reivindicatório dentro das Instituições Militares, naquele momento foi deflagrado o primeiro movimento de paralização organizado por policiais e bombeiros militares. O pontapé grevista partiu da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). De

acordo com reportagens da época¹, o estopim se deu a partir do aumento de salário diferenciado aos oficiais da instituição e a morte de um dos praças em um confronto armado em uma ação de trabalho. O movimento que era localizado ganhou significativas proporções e logo obteve a adesão de outras corporações pelo país. Assim, outros 18 estados aderiram ao movimento como um efeito dominó, foram eles: AC, AM, BA, CE, GO, MS, MT, PA, PE, PB, PI, RJ, RN, RS, RO, SP, SC, e SE.

A partir dos registros da época, as reivindicações militares giravam em torno das seguintes pautas: melhores condições de trabalho, aumento de salários e a revisão do regulamento interno levando em consideração a humanização da tropa. Segundo os relatos dos participantes dos movimentos a desvalorização era visível, eles apontam para uma disparidade entre o salário dos oficiais e dos praças que chegava em 4 salários de diferença, os praças de Minas Gerais ganhavam cerca de R\$415,00 mensais. Mas, no ponto de vista dos militares, para além do âmbito financeiro, o maior desgaste estava relacionado a condição do sujeito, considerado “não humano”, um animal ou um robô (SALES, 2013). As humilhações e o uso abusivo do poder são práticas cotidianas do trabalho policial, o que em certa medida leva o sujeito ao limite gerando sofrimento e desestímulo.

Em Minas Gerais o movimento se iniciou com uma “greve branca”. enquanto alguns policiais saíram as ruas para o serviço e não realizaram patrulhamento, outros faltaram o dia de trabalho (ALVES, 2013). Em um segundo momento, cerca de 2 mil policiais realizaram uma passeata, no local, “alguns policiais mostrando seus contracheques e dando gritos de ordem [...], os policiais estavam fardados e armados, mas retiraram a identificação de seus nomes na farda” (ALVES, p. 24, 2013). Eles fizeram isso na tentativa de evitar sanções de seus comandos. A partir desse momento diversas negociações ocorreram, muitas delas fracassadas. Houve também a troca de Comando e o recrudescimento da Instituição. Episódios com trocas de tiros entre colegas de fardas, morte, inúmeras punições, expulsões e crise marcaram esse momento.

Como destaca Almeida (2010), o episódio de 97, iniciado em Minas Gerais, obteve grande repercussão nacional, tanto pela sua relevância como pauta de

¹ Para entender melhor o evento, em 2012 o Jornal O Povo publicou online as cópias dos jornais da época, ver referências.

reivindicações políticas. O evento teve apoio da sociedade civil e virou pauta dos diversos noticiários da época. A autora destaca que as manifestações militares favoreceram o surgimento de um “ciclo de protestos” por todo o país.

Seguindo o efeito dominó e inflamados pelos efeitos das reivindicações no país, a Polícia Militar do Ceará (PMCE) entrou em ação. O primeiro ato se deu através de uma carta enviada pelo Cabo Anselmo Torcato, presidente da Associação dos Cabos e Soldados da PMCE, ao então governador Tasso Jereissati. Nela, o policial reclamava aumento salarial, argumentando o baixo salário que retirando as gratificações e bonificações não chegava a meio salário mínimo e estava definido em R\$48 (ALMEIDA, 2010). Em um segundo momento foi programada uma manifestação em que, segundo os nossos interlocutores, o Cabo Anselmo pretendia reunir a tropa para explicar as reivindicações que estavam ocorrendo em quase todo o país. Houve uma tentativa de cancelar o momento, mas como ocorrera de última hora esse cancelamento se tornou inviável.

De acordo com as falas dos militares, não se tinha a dimensão do tamanho que o evento teria, os representantes da Associação esperavam poucas pessoas, no entanto, o evento conseguiu reunir mais de mil policiais. O espaço ficou pequeno para abrigar os militares. A ideia de realizar uma assembleia se tornou impossível, então foi resolvido entre os participantes realizar uma caminhada pelas ruas. Sem planejamento e sem liderança organizada, mas motivados pela insatisfação, os policiais seguiram em caminhada em direção a avenida Abolição, nas proximidades de onde ocorria o evento Fortal², com o intuito era dar visibilidade ao movimento reivindicatório.

Durante a caminhada uma barreira de policiais do Batalhão de Choque bloqueou a avenida impedindo o movimento de prosseguir. Na ocasião houve confronto, o estopim teria sido ocasionado pelo comandante do Choque, que furou o pneu da Kombi da CUT que puxava o movimento. Pedras, tiros e gás lacrimogênio tomaram conta das ruas, durante o tiroteio, o Comandante Geral da PMCE teria sido encaminhado a um hospital da cidade. Segundo os nossos interlocutores, os noticiários da época afirmavam que o comandante teria sido atingido por arma de fogo no ombro. Entretanto, não há como

² O Fortal é um evento turístico e é conhecido por ser considerado um carnaval fora de época.

afirmar a veracidade da notícia, enquanto alguns confirmam o acontecido, outros consideram que o fato foi armado promover uma imagem negativa da reivindicação.

No ponto de vista desses sujeitos outros fatos publicados nas revistas e jornais induzem a pensar que algumas informações foram forjadas pela própria corporação com o intuito de manchar o protesto. Um dos relatos de nossos interlocutores aponta para notícias que promovem o uso de álcool durante a passeata, vejamos:

Assim como em MG, o governo do Estado do Ceará, em acordo com o Presidente Fernando Henrique e o general que era do gabinete do governador – ele chamou até a greve de bando de desordeiros e cachaceiros – porque eles filmaram... A casa militar infiltrou os agentes lá, que, na corporação, chama-se P2, serviço reservado, e fotografou um menino lá dando suco de laranja pra greve, o rapaz chegou com aquele carrinho que em um vasilhame de vender limonada, aí ofereceu pra gente, que já tava desde o dia anterior, assim, de graça, tava querendo ajudar o movimento, aí filmaram. Disseram que eram bêbados e amotinados, que a gente tava pegando cachaça. (Sargento da Polícia Militar do Ceará)

Cabe ressaltar que para os ditames militares o fato de consumir álcool fardado, diante dos colegas de trabalho e dos jornais, revela insubordinação e má conduta, macha a imagem de um sujeito de boa conduta.

Mesmo com o confronto, os militares continuaram o movimento, e através de votação, optaram por confirmar a paralisação das atividades. Assim, através do apoio de sindicalistas e parlamentares a PMCE aderiu à greve. O ponto comum entre a greve de Minas Gerais e o movimento do Ceará é o resultado do Governo para com os participantes da manifestação. No ponto de vista desses sujeitos, a partir deste momento, iniciaram-se as perseguições internas, seguidas de punições e expulsão dos militares considerados líderes do movimento. No caso do Ceará, além das expulsões, “a Polícia Militar tornou pública a abertura de inscrições para seleção e contratação imediata de reservistas [...] do Exército, Marinha e Aeronáutica [...] para exercício na atividade policial” (ALMEIDA, p. 90, 2010). Cerca de 70 militares foram punidos e encaminhados para a expulsão. Para um soldado entrevistado, naquele período se instalou na corporação uma sensação de terrorismo, como uma caça as bruxas, vejamos:

Então uma espécie de uma escravidão como caça as bruxas. Se você fizesse qualquer movimento, você era transferido para outra

unidade pra separar aquela turma, então ele não deixava ninguém se reunir. Então a partir daí houve essa conscientização de que deveria dialogar mais, de que deveria buscar mais os direitos, não é? Porque ela sonega muito os direitos dos policiais militares. Pra eles tudo! Coronéis tudo! O resto tem que obedecer. (Soldado da PMCE expulso em 1997)

Os entrevistados nos contam que as transferências para cidades do interior se tornaram mais frequentes, somadas as mudanças constantes de escalas, além do desaparecimento de momentâneo de colegas de farda que ocorreram naquele período. Os diversos sujeitos que integraram o movimento declaram que foi a partir daquele momento que os policiais ganharam folego e passaram a refletir sobre sua própria condição e questioná-la. Nossos interlocutores ressaltam que esse teria sido um dos grandes feitos do movimento. Ao falar da greve, os militares iniciaram suas narrativas expondo suas condições insalubres de trabalho, os baixos salários e a desvalorização de sua condição. Tais questões ficam claras nesse trecho da entrevista:

Na época as viaturas eram sucateadas, na época não tinha armamento, armamento eles pegavam aqueles que eram apreendidos nas operações, nas blitz e parte delas era desviada para (palavra inaudível) sucateada né? Enquanto que a bandidagem usava pistola 40, metralhadora de última geração, fuzil R15 e os policiais com revólver tal, com 38 ainda mais de segunda mão. A questão também é a questão da saúde, os policiais militar adoeciam constantemente, adoeciam também pra parte da... Problemas psicológicos, muitos eram alcoólatras, outros eram viciados em drogas porque não suportavam aquela pressão do oficialato em relação aos praças por causa da escala de serviço, daquele rigor do militarismo. Então tudo isso aí tava na pauta de reivindicações. [...]Um soldado passa vinte e cinco anos para ser promovido a cabo, que eles dizem que não tem vaga, não tem vaga, enquanto que um oficial em cinco anos ele já chega a capitão, em dez anos ele já chega a major, em quinze anos ele já chega a tenente coronel. Eles armam toda uma desarmonia, além de ter uma regalia muito grande, os praças só serviço e serviço e não tem direito a quase nada.

Falta de treinamento, armamento defasado, viaturas sucateadas, escalas de trabalho exaustivas são reclamações de todas as corporações policiais militares do país (MUNIZ, 1999; MINAYO; SOUZA, 2003). Nossos interlocutores conectam essas situações a danos físicos, ao desgaste do corpo e a processos de crises que geram medo de perder a vida em um confronto. Para além dos danos físicos, no ponto de vista desses

sujeitos, há questões que afetam psicologicamente o policial, o primeiro deles é o abuso arbitrário do poder, fato considerado pelos entrevistados como rotineiro dentro da corporação. Exercer atividades que não condizem com a realidade também gera desgaste e era prática comum, ou seja, era comum deixar o trabalho de patrulha para levar as esposas dos oficiais ao supermercado ou ao cabelereiro, conduzir os filhos dos oficiais a escola, fazer serviços de faxina, zeladoria, de eletricista ou pedreiro.

Ademais, há fatores que geram desmotivação e desestímulo da tropa, em alguns casos gera sofrimento, a falta de reconhecimento pelo trabalho, dificuldades de obter as promoções de patente, de salário, humilhação e rebaixamento da condição do sujeito como podemos verificar nos seguintes trechos das entrevistas:

Por exemplo, até 1997 o policial militar, ele passava trinta anos na polícia, soldado. Se ele não fizesse nenhum curso interno, se ele não tivesse um grau de instrução para fazer um curso interno, aí por lei ia com trinta anos de serviço ia pra reserva como 3º sargento, recebia como 2º sargento e ficava recebendo dinheiro mesmo como um soldado ativo. Quer dizer, é uma situação muito grave, sabe? (Soldado da PMCE)

Na época do Batalhão de Choque ali, era supervisor de área na época, que era ele quem distribuía o policiamento no domingo, que tinha estádio, tinha policial num local e outro. “Policial não tem mulher, tem cachorra!”. Aí eu senti até as lágrimas de um colega tão ofendido no seu interior, com essa palavra, né? Um comandante, ao invés de motivar uma tropa, para ir para o trabalho, ele fez foi denegrir o íntimo daquele policial... As lágrimas... Eu senti... Quando eu vi, eu fiquei todo... “Mas rapaz, como é que pode?”. Iam comandar pessoas com um tratamento totalmente de... de menosprezar... É como eu lhe disse anteriormente: eles usavam o direito da força, e não a força do direito. O camarada era major. Se o capitão fosse intelectualmente mais preparado do que ele, ele dizia: “fique caladinho aí, você não pode falar mais alto do que eu não!”. E acabou-se! E era assim. (Sargento da PMCE)

Nesses dois trechos percebemos o descontentamento dos militares com o trabalho. Relembrando suas trajetórias dentro da instituição e dos principais motivadores da manifestação, esses policiais narraram histórias de colegas que entraram na instituição e se aposentaram sem ter conseguido uma ascensão profissional, além de histórias em que o poder é acionado em uma interação simbólica e de como algumas ações marcam

suas categorizações simbólicas com relação à atividade laboral, muitas delas geradoras de sofrimento e descontentamento.

Em um momento de nossas entrevistas, um de nossos interlocutores, ainda discutindo o assunto das promoções relata:

Com trinta e dois anos de serviço. Isso causa uma revolta muito grande na pessoa. “Rapaz, eu trabalho...” no psicológico da pessoa, “Eu tô com tantos anos aqui e ainda não saí desse posto, num sou promovido a nada” Aí começa a desviar conduta mesmo, isso mexe com o psicológico, ele vai atrás de conseguir na calada da noite de madrugada o que o Estado sonegou durante a vida profissional dele, ele é induzido às vezes a desviar conduta por conta disso. Rapaz, eu tenho minha mulher pra dá de comer, tenho os filhos pra botar leite dentro de casa, eu tenho que tirar é lá fora mesmo, nas bocas de fumo, tem que tirar no jogo de azar. (Sargento da PMCE)

O Sargento destaca que a questão dos baixos salários e dificuldade de ascensão profissional são fatores que afetam o psicológico do sujeito, pois os coloca em uma situação limite e esse fato induziu alguns de seus colegas de farda ao desvio de conduta. Enquanto esteve no trabalho de patrulhamento observou que alguns policiais recebiam dinheiro para fazer “vista grossa” diante dos jogos de azar e em alguns casos nas bocas de fumo. Entretanto ele destaca que essa postura não é uma prática aceita e reproduzida por todos. Nosso interlocutor nos conta que em alguns casos essas condições de trabalho provocam danos irreparáveis suscitando os casos de suicídio.

Cabe ressaltar que quando os militares reivindicam uma revisão do regulamento interno trazem a tona o modo como vem sendo conduzido o militarismo dentro das corporações, e manifestam insatisfação quanto às punições exageradas que geram humilhações e provocam mudanças em suas carreiras profissionais, pois cada punição retarda as possíveis promoções. Vejamos esta narrativa:

No militarismo a humilhação se torna porque... Por exemplo, a pessoa é detida, é presa porque não limpou a fivela, a pessoa é presa porque não limpou o sapato, a pessoa é presa porque não cortou a unha, é preso porque não fez a barba, então são coisas picuinhas que não tem nada a ver com o profissionalismo que é incorporado no militarismo e vai constringendo a pessoa e vai tornando a pessoa nessa humilhação. Sai de casa pra trabalhar, pega dois ônibus, fardado e tudo e às vezes esquece de limpar a

fivela aí quando chega lá “ó você tá preso porque tá com a fivela suja”, então não tem nada ver com o executado serviço dele, às vezes, é um bom profissional, trata bem a sociedade, trabalha bem, mas por um momento, um deslize se quer, ele esqueceu de limpar a fivela, ele é preso igual como se ele tivesse cometido um crime, isso é o mal do militarismo, ele dá ênfase a essas coisas que não tem nada a ver com o profissional e aquilo dali ao longo do tempo vai constrangendo o policial militar. (Sargento da PMCE)

Ao refletir sobre a atividade fim, esses policiais declaram que essas “pequenas falhas” não estão relacionadas ao modo como desenvolviam seu trabalho cotidiano, e que apesar de serem dedicados em seus trabalhos, muitas vezes eram punidos por fatos que não estão relacionados à prática cotidiana, em alguns momentos são presos. Nas falas, percebemos certo incomodo ao serem presos como se tivessem cometido um crime, gerando desconforto e constrangimento.

Indicado o fim da greve, o Exército que fora convocado para realizar o trabalho policial retomou sua atividade. E os policiais em ato público organizaram uma passeata pelas ruas do Centro de Fortaleza, eles carregavam em suas mãos flores. Entretanto após o fim do movimento o Governador do Ceará, Tasso Jereissati, ordenou a prisão e exclusão dos representantes do movimento. De acordo com as categorizações simbólicas dos militares, aquele momento foi de intensa perseguição. Eles afirmam que havia uma busca constante dos militares grevistas que os obrigava a se esconder, nos quartéis era compartilhada a informação de que se eles fossem para suas casas seriam imediatamente presos.

Um dos soldados presos na época nos conta que teve que se esconder sem informar a família onde estava, ele se sentiu como um fugitivo. Naquele momento teria sido acobertado por um vereador da época. Quando resolvera participar de um dos últimos momentos da manifestação ele recebeu voz de prisão e foi encaminhado ao quartel. Além de preso, logo após o movimento, ele também teria perdido suas gratificações e bonificações, deixando seu salário bastante reduzido. O governador obteve apoio do presidente (Fernando Henrique Cardoso) na expulsão dos militares envolvidos, reforçando a ideia de que eles eram “desertores”. Outro soldado considera que o governo queria demonstrar sua força repressiva. Antes do julgamento os militares presos tiveram que devolver suas identidades profissionais e o fardamento.

Após a expulsão, os militares seguiram caminhos distintos, alguns voltaram a estudar e se tornaram professores, outros viraram vigilantes, cabelereiros e técnicos de enfermagem. Mesmo com as significativas perdas, estes policiais consideram que a greve de 1997 foi um momento histórico dentro da instituição Policial Militar. Marca uma mudança de comportamento, em que o policial que era ensinado desde a formação a ser um sujeito sem direitos, passa agora a questionar sua própria condição, trazendo a tona as fragilidades da corporação e as dificuldades do ser policial. Vejamos os seguintes relatos sobre o movimento de 97:

Se a gente for atentar para essas mudanças, na essência, é realmente isso que a gente quer. É que a polícia, a segurança pública preste um serviço de qualidade, eficiente e que a sociedade se sinta que esse serviço realmente é essencial pra ela. Eu acho que isso é o fundamental de toda a questão, tá entendendo? Porque quando nós participamos do movimento foi nesse sentido de que melhorasse a segurança pública e não pra fazer baderna, pra que desse melhor condição de trabalho, melhor condição salarial, melhorar a condição de vida do policial, da família, ascensão profissional, porque tudo isso é um contexto de melhoras que beneficiaria a sociedade. Por quê? Porque um policial bem treinado, um policial conceituado, policial capacitado, ele vai sem dúvidas prestar um melhor serviço a população e ela obviamente retribuiria com sua consciência de que realmente estaria sendo prestado um serviço de qualidade. Eu acho que isso teve essa mudança, né? Uma mudança muito importante tanto para o Estado como para a sociedade como pra segurança pública (Soldado da PMCE)

Eu acho que de 97 pra cá, a polícia se tornou uma outra polícia no sentido de conscientização do despertar pra cidadania. Houve uma quebra de paradigma com relação aos acontecimentos que vinham tendo na corporação. A partir daí o que foi que mudou? O policial militar, ele era acusado e não tinha a defesa e o contraditório, a partir daí criou-se o libelo acusatório. O oficial, o superior hierárquico, ao determinar a detenção e a prisão do policial militar, antes era verbal: “Você está preso” e automaticamente a guarda já prendia aquele policial militar. Às vezes ele não sabia nem o motivo pelo qual estava sendo preso, né? E depois desse movimento, não. Criou-se o libelo acusatório. O superior tinha que dizer por que ele tava sendo detido, por que ele tava sendo preso. Isso aí foi um avanço muito grande, não é? Ainda tinha o direito de se defender, ainda tinha cinco dias pra se defender daquela prisão, daquela detenção. Mas o que mudou mais foi a questão da conscientização. Eles despertaram, eles acharam que aquela sensação de justiça não poderia perdurar

mais, que era mais de 150 anos que a corporação usava isso. Era uma espécie de escravidão mental. Na corporação você não poderia pensar, na corporação não podia se reunir em três ali que já tava (Sargento da PMCE).

Para os praças da corporação militar, aquele evento se configura uma verdadeira revolução. Os paradigmas que eram absolutos a mais de 150 anos foram questionados. Nossos interlocutores declaram quem embora alguns tenham sofrido abusos, transferências e expulsões, quem saiu vitoriosa foi a classe policial. Após o evento, pela primeira vez, alguns policiais ganharam destaque político e se lançaram com vereadores, deputados e começaram a reivindicar no campo político melhores condições de trabalho. O assunto virou pauta na agenda política e assunto nacional. Os policiais passaram a refletir e questionar sobre sua própria condição, iniciaram processos de organização interna e fortaleceram suas associações. Significativas mudanças de mentalidade ocorreram dentro das instituições, o que possibilitou o surgimento de novos eventos reivindicatório, agora com mais fôlego e organização como veremos a seguir.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA PARALISAÇÃO DE 2011

O estado do Ceará, localizado na região Nordeste do Brasil, conviveu com a paralisação de grande parte de seu contingente policial militar entre os dias 29 de dezembro de 2011 e três de janeiro de 2012. Esta configuração foi entrelaçada por diversos posicionamentos, que envolveram policiais, gestores do Governo do Estado, políticos de oposição, Forças Militares Nacionais, Governo Federal, entre outros. Ao abordar dois pontos de vista específicos, o dos policiais militares e o do Governo do Estado, é possível ter uma noção geral sobre o referido momento histórico, engendrado por duras lutas discursivas, travadas pelas duas facções em disputa.

Para os policiais paredistas, as reivindicações da categoria surgiram em busca de melhores salários, melhores condições de trabalho e, especialmente, por queixas produzidas quando a desconsideração ao policial como pessoa detentora de direitos. Do ponto de vista do Governo do Estado, as manifestações representaram uma quebra da hierarquia e da disciplina militar, sendo estas características, segundo o Governador Cid Gomes, essenciais para a manutenção do modelo policial, ao afirmar em entrevista que “desse padrão da Polícia Militar, como polícia preventiva, conheço muitas experiências no mundo, e em todas há o conceito de hierarquia e disciplina. Eles são fundamentais para que a coisa realmente funcione.”

(ENTREVISTA AO O POVO, 2012). Deste modo, o referido movimento se caracterizou como mais um contraponto das disputas entre policiais e Governo dentro da estrutura hierárquica militar, tendo o seu primeiro estopim realizado no ano de 1997, marcado como o primeiro ciclo de protestos dos policiais militares no Brasil. Como explicado anteriormente, após duras represálias promovidas pelo Governo do Estado aos policiais que participaram da manifestação de 1997, apenas em 2011 foi possível vislumbrar queixas consolidadas de policiais militares através de suas associações.

Estas queixas foram emuladas de modo mais efetivo em 2011, tendo as primeiras grandes manifestações identificadas como Sábados Vermelhos. Elas tiveram como bandeira a defesa de um piso salarial para a categoria dos profissionais de segurança pública, além de um escalonamento dos salários dos militares estaduais para os anos de 2012 a 2014; ao buscar sensibilizar setores sociais sobre a importância da valorização do profissional. Segundo o jornal O Povo, nos Sábados Vermelhos:

A expectativa dos organizadores é reunir cerca de três mil pessoas na caminhada batizada como “Sábado Vermelho” e, busca do piso nacional. Segundo proposta feita por pesquisa acadêmica solicitada pelas associações, da área, o soldado militar que recebe hoje cerca de R\$ 1.600,00 passaria a ganhar, em 2012, quase R\$ 2.500,00. Em 2014, a previsão de salário passa para R\$ 3.955, 47. A garantia deste piso é o grande destaque do evento Sábado Vermelho. A Caminhada do “Sábado Vermelho” é uma realização da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Ceará (Aprospec), Associação Nacional das Entidades Representativas de Praças Militares Estaduais (Anaspra), Associação dos Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Aspramece), Associação dos Oficiais Militares do Ceará (Aomec), Associação de Cabos e Soldados Militares do Ceará (Acsmec) e Associação das Esposas de Militares do Ceará (Assepec). (O POVO, 2011).

Após este primeiro evento, o Comando Geral da Polícia Militar cearense intensificou novamente as pressões sobre os policiais militares que aderiram à manifestação. Dando, desta vez, espaço para que fossem consolidadas as queixas dos representantes da tropa entre os membros da própria instituição, como também na sociedade civil. O referido período propiciou uma reorganização de forças nos campos político e militar cearense, ao despontar como representantes do campo policial os militares: capitão Wagner de Sousa, cabo Flávio Sabino e o sargento Pedro Queiroz. Os referidos representantes militares eram os presidentes de três das associações da categoria, as quais eram: a APROSPEC, a ASPRAMECE e a

ACSMCE. Sendo esses os principais organizadores dos sábados vermelhos, que se destacaram como o primeiro estopim das lutas entre o Governo Cid Gomes com as associações policiais.

Nos primeiros anos de Cid Gomes a frente da gestão estadual, apenas as duas últimas associações dos praças da Polícia Militar citadas se destacaram na promoção de debates sobre a categoria com o Governo do Estado do Ceará – a fundação da APROSPEC data de 2009. É válido destacar que no ano de 2011 a direção da ACSMCE teve uma postura diferenciada quanto à sua participação no processo de administração de conflitos entre o governo do estado e os demais policiais, tendo em vista que um posicionamento distante das determinações da cúpula da Polícia Militar norteou as atividades dessa instituição no segundo movimento paredista.

Em 1997, o presidente da ACSMCE, cabo Anselmo, procurou boicotar a reunião que deflagrou o movimento no referido ano. Mesmo participando de parte da caminhada pelas principais avenidas da cidade de Fortaleza, Anselmo abandona a manifestação quando esta chega à sede do 5º Batalhão. Nesse momento, a Associação dos Cabos e Soldados do Ceará ratificou o seu não engajamento no movimento reivindicatório da classe, e por ser, na época, a única associação que representava os praças, demonstrou com essa atitude que não existia um grupo organizado de policiais que possuísse como objetivo debater as demandas da categoria.

Neste sentido, Capitão Wagner emerge num contexto de crise de consideração do Comando Geral da Polícia Militar do Ceará junto à tropa³.

Estes processos de manifestações foram realizados concomitantemente a reuniões entre os representantes policiais em suas próprias associações como também na Assembleia Legislativa do Ceará. O campo político, neste ponto, surgiu como pano de fundo para se complexificar as relações presentes entre as duas facções cuja disputa foi enunciada. Dois dos representantes militares, capitão Wagner como Pedro Queiroz, foram candidatos ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2006. Contudo, nenhum conseguiu a segurar a sua eleição para a Assembleia Legislativa cearense. Capitão Wagner, no entanto, obteve a primeira suplência do Partido da República (PR), através da qual teve a oportunidade de assumir o cargo por pouco mais de três meses. Sua missão era intensificar o discurso de oposição aos irmãos Ferreira Gomes, tendo em vista que a presidência do partido era dirigida pelos “desafetos pessoais” de Cid Gomes Roberto Pessoa e Lúcio Alcântara. Pessoa travou várias

³ Diferentemente de afirmações publicadas na imprensa, especificamente do jornal O Povo, em matéria do dia 5 de janeiro de 2012, intitulada: Um líder que nasceu do acaso.

disputas com Cid Gomes, ao chegar a determinado momento a agressão física entre os dois políticos. Já Lúcio Alcântara perdeu as eleições de 2006, na qual disputava a reeleição, para Cid Gomes.

Na condição de deputado estadual, Wagner de Sousa convidou diversas vezes ao seu gabinete na Assembleia Legislativa representantes da categoria dos policiais militares. Estes convites tinham por objetivo aperfeiçoar os encaminhamentos a cerca das reivindicações por melhores salários e melhores condições de trabalho. Outro objetivo que Wagner sinalizou aos presidentes das Associações consistia em como resolver a situação de vários policiais que sofreram a abertura de inquéritos policiais militares (IPMs) e que estavam na iminência da expulsão da corporação. Estas reuniões eram organizadas na tentativa de encontrar soluções para os problemas da categoria, no entanto, as percepções dos líderes do movimento policial militar vislumbravam que a possibilidade de uma paralisação geral da PM era iminente. Na realidade, nos seis primeiros anos do governo Cid Gomes, os representantes da classe policial assumiram um discurso de pressionar o Estado de uma forma 'legal'.

Outra reunião que marcou o período pré-grevista ocorreu no dia 25 de dezembro de 2011, quatro dias antes da Assembleia Geral, na sede da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará – ACSMCE. Nela, estavam presentes representantes de associações policiais de Pernambuco, Rio de Janeiro e de Goiás; o presidente da Associação das Praças da Polícia Militar do Ceará, Pedro Queiroz; o presidente da Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Ceará, Flávio Alves Sabino; um representante da OAB e assessoria jurídica das associações. Nesta também se encontrava o Policial Militar 1, por este ser caracterizado como um dos líderes do movimento reivindicatório de 1997. Essa reunião teve como principal objetivo dissolver arestas quanto à organização da assembleia geral, marcada para o dia 29 de dezembro de 2011.

Nenhum representante da Associação dos Profissionais de Segurança Pública do Estado do Ceará, APROSPEC, estava presente. No entanto, o Cabo Flávio Sabino confirmou a participação destes em toda a organização da assembleia geral. Foi nesse momento também que se confirmou a não participação da Associação de Sargentos e Subtenentes e da Associação de Oficiais nos preparativos do evento, o que deu a essa assembleia um caráter eminentemente de reivindicação das bases.

Então, no decorrer da reunião, passaram a acertar pontos de pauta. Foi decidido que os policiais do interior, numa possível paralisação, deveriam aquartelar-se em seus próprios quartéis para não onerar financeiramente as Associações, e os da Capital deveriam aquartelar-

se no Ginásio Poliesportivo da Parangaba. Também foi acordado que o movimento seria desarmado, como vimos na fala de um dos presentes, concedida ao LEV:

“Rapaz, no momento disse pra ele (Cabo Sabino) que o momento é oportuno, mas que tinha que ser desarmado para não dar munição ao inimigo e tinha que ser pacífico. Se viesse lá, todo mundo ficasse de joelhos, sentasse pra poder dar a ideia pra sociedade que a gente era vítima.” (Arquivo LEV, 2012)

Após a organização dos pontos-chaves da assembleia, todos concordaram com os encaminhamentos propostos na reunião, dando continuidade aos preparativos, os quais foram todos feitos pelas entidades, como: confecção de cartazes e panfletos, aluguel de carros de som e todos os outros gastos financeiros.

A divulgação ficou a cargo, na capital, principalmente, da APROSPEC. Estratégias de comunicação foram empregadas por esta. Por exemplo: quando se proibia colar cartazes nos quartéis, estes eram pregados nos postes e árvores em seu redor. A associação fazia todo um processo publicitário para poder chamar a atenção da tropa.

Nesse período de incertezas, outro ponto foi acordado. Caso a greve fosse deflagrada no dia 29 de dezembro, as atividades policiais parariam naquele momento. A ideia seria causar uma desestabilização surpresa no governo, pois não respeitariam o prazo legal entre o início e o anúncio de uma greve. A explicação dos representantes de classe para essa atitude se justifica no fortalecimento do movimento, pois, além de ao militar não ser permitido realizar greve, dois dias abririam margem para o Comando Geral prejudicar a paralisação no dia 31 de dezembro.

ASSEMBLEIA GERAL

No dia 29 de dezembro surgiu o boato quanto à prisão do capitão Wagner e de outros diretores da APROSPEC. Outro boato espalhado no dia seria a possibilidade de um sequestro de um dos três presidentes das associações policiais inseridas nas manifestações. Dessa forma, todos os diretores se dirigiram à sede de suas instituições, para juntos permanecerem até o início da assembleia. Tal fato não constitui sua importância na verdade da informação, mas sim como os policiais militares reagiram com a tenção deste acontecimento. Tendo em vista que não seria necessário um sequestro para que os policiais militares experimentassem a formação de um sentimento coletivo, o que fortaleceria o grupo, ao invés de enfraquecê-lo.

Como previsto, a assembleia geral da Polícia Militar do Estado do Ceará ocorreu no dia 29 de dezembro de 2011, caracterizando-se como um momento limiar na experiência profissional de vários policiais militares. Alguns destes com mais de vinte anos de corporação, participantes do movimento de 1997, outros, com poucos anos, constituíram aparente unidade nas reivindicações da categoria. A partir das 17 horas, o número de policiais presentes paulatinamente se eleva. Quase todos que chegavam vestiam blusas vermelhas, cor característica do movimento. Também vários punham capuzes com receio de uma possível identificação pelo Comando Geral da PM por meio de policiais da Coordenadoria de Inteligência da Polícia Militar - COIN, que poderiam estar infiltrados na assembleia. O clima entre os presentes era de desconfiança e medo. Não sabiam se quando voltassem à sua companhia teriam sido descobertos. Se caso isso ocorresse, se seria aberto um Inquérito Policial Militar. Perder-se-ia o emprego? As dúvidas e as angústias relatadas pelos policiais entrevistados eram constantes.

As 18h00min vários representantes de classe discursavam. Foram emitidas palavras de ordem, gritos e uivos pelo demais policiais. Ao término dos discursos, um policial faz uma prece que foi acompanhada em uníssono pelos presentes. Após isso, como relatado por outro policial, o:

Capitão Wagner disse: vamos votar! Quem quiser ficar na greve a hora é essa. Ninguém aqui é obrigado ficar, não. Quem não quiser ficar, fica desse lado direito. Agora, quem quiser ficar na greve, vai para a arquibancada, do lado esquerdo. Vamos lá! Vamos votar agora! Quem é que vai ficar pra greve? Aí, 90% foram pra arquibancada, queria a greve. 10% ficou... (Entrevista concedida ao LEV, 2012).

Após o anúncio de greve, um o policial civil, também relata a reação dos policiais:

Dia 29, todos mascarados. Alguns policiais, corajosos, não usavam máscaras. E quando declaramos: É greve! Vamos parar geral! Nós tínhamos cerca de 800 homens, metade pulou o muro. Nós mandamos fechar o portão, de início, ai eu vi que não adiantava, pois a gente não pode forçar ninguém a nada. Então a gente disse: abre os portões, quem se acovardar deixa ir embora. Ai ficou cerca de 400 pessoas. (Entrevista concedida no dia 22/01/2013).

Os grevistas permaneceram no Ginásio da Parangaba. Enquanto isso, a APROSPEC alugava um ônibus e convida as esposas dos policiais para visitarem os quartéis, com o intuito de descobrir como os policiais de serviço iriam aderir ao movimento. Quando estas voltaram, uma diretora da APROSPEC propôs ao Capitão Wagner que o local em que a tropa deveria se aquartelar fosse um quartel da PM. Justificou que tal posicionamento se dava

para evitar um cerco ao Ginásio. A partir desse momento, começou-se a pensar qual Quartel seria ocupado.

A OCUPAÇÃO DE UM QUARTEL

O quartel ocupado foi a 6ª Companhia do 5º Batalhão, no bairro Antonio Bezerra, em Fortaleza. Escolhido por estar num local de grande movimento, com casas e prédios públicos próximos, o que provavelmente tornaria difícil uma possível invasão por parte dos membros das tropas de Choque. De início, foram enviadas as esposas dos policiais. Essa iniciativa teve dois objetivos: o primeiro era mostrar que o movimento seria pacífico, o outro era propiciar que essas analisassem o ‘clima’ do local.

Depois que as esposas chegaram, os policiais militares partiram rumo ao quartel. Segundo um policial militar “não ouve uma invasão, ninguém chegou lá forçando nada. A Companhia continuou lá todos os dias durante a paralisação.” (Entrevista concedida no dia 09 de janeiro de 2013).

Nos primeiros dias, as lideranças do movimento enfrentaram problemas quanto à participação dos policiais. Um trabalho de convocação foi feito pelos representantes de classe. Na primeira noite em que dormiram no quartel, ligaram várias vezes para os policiais de serviço solicitando que as viaturas nas quais trabalhavam fossem levadas ao local.

O capitão Wagner visitou vários quartéis, dos quais o primeiro a integrar o movimento foi a 4ª Companhia do 6º Batalhão. Sua tática para convencer os policiais era explicar a necessidade de fazer o movimento e o direito da categoria de se manifestar. Depois destes, outras viaturas começaram a aderir paulatinamente.

Todas as viaturas que chegavam eram imediatamente paralisadas com a secagem dos pneus. Vários também foram os casos de pessoas que furavam os pneus dos carros, mas os representantes de classe sempre rebatiam essa afirmação ao dizer: “não integram o movimento”. Relato abaixo um trecho do diário de campo e um dos autores deste texto, produzido após entrevistar um policial militar que estava de serviço entre a madrugada do dia 29 e 30 de dezembro de 2011:

O policial militar, em sua patrulha, várias vezes recebeu a ligação de um tenente e de um Capitão, os quais afirmavam que os policiais que parassem naquela noite poderiam ser presos. Tais ligações se deram

porque em sua ronda noturna fez várias pontes⁴ com outros policiais que trabalhavam aquela noite. Seus companheiros de viatura disseram que não iriam parar, muito menos, levar o carro para a 6ª do 5º. Nesse ínterim de conversas com outros policiais que estavam de serviço, recebeu várias ligações daqueles que já haviam aderido ao movimento, pedindo-lhe para parar. Resolveu ligar para uma liderança grevista e pediu para que um grupo de policiais que já havia aderido ao movimento buscasse a viatura. Quando esses chegaram, puseram panos nas câmeras que tem por finalidade relatar todos os passos dos policiais dentro da viatura. Aos superiores, ele relatou que foi retirado de dentro do veículo junto aos demais policiais e que a viatura foi levada. No entanto, meu interlocutor afirma que dirigiu o carro até o local onde os policiais estavam reunidos. Quando a viatura chegou ao Quartel, situado no bairro Antônio Bezerra, o local ainda estava com poucas pessoas e cerca de dez ou quinze viaturas paradas. A cada veículo que chegava era uma comemoração: aplausos, uivos, palmas. Aqueles que levavam a viatura não saíam mais, continuaram até o final da paralisação, segundo o policial, por vontade própria.

O dia a dia no quartel foi repleto de tensão e medo. Sempre surgia o boato que o Batalhão de Choque iria invadir o local. Estes sentimentos se dão, pois poucos policiais dos batalhões de elite da PM aderiram ao movimento paredista. Segundo a maioria dos informantes, aqueles policiais que realmente pararam não estão mais hoje nesses grupos especiais⁵.

A comida foi feita toda no local pelas esposas, mães e demais familiares dos policiais. Chegaram doações de vários grupos de supermercados, empresas e pessoas em geral. As Associações foram importantes para o evento, pois delas saiu boa parte dos recursos para compra de alimentos, colchonetes e outros materiais para os dias aquartelados. Contudo, mesmo com uma infraestrutura mínima no local, um dos problemas estava na presença dos policiais no período da noite, pois:

“muita gente estava no local, mas, à noite, iam para casa. Então nós tivemos que fazer uma chamada para que as pessoas viessem para lá, que os policiais fossem para lá, para poder fortalecer. Para o pessoal não ficar abandonado. Foi muito trabalho, também, difícil, né? Ainda bem que as pessoas compreenderam. Vinham. Traziam a família. Traziam a mulher. Traziam os filhos para poder deixar lá.” (Entrevista do Policial Militar concedida em 8 de janeiro de 2013).

⁴ Marcar um ponto de encontro com outras viaturas até as ruas limítrofes do seu perímetro de trabalho.

⁵ Um relato em meu diário de campo, conta: eu vi um Sargento do GATE entregar a farda de membro do Choque. Também vi outro policial que levou uma viatura só, e chegou chorando ao local de concentração. Eles não estão mais no Choque. Para mim, o policial é uma das profissões mais reprimidas.

Interessante observar que muitos também passaram a transição do dia 31 de dezembro de 2011 para o dia 1º de janeiro de 2012. Dormiram em colchonetes espalhados por todo o quartel com familiares e amigos. No entanto, somente após o réveillon, no quarto dia de paralisação, obtivemos relatos sobre a intensificação de um grande contingente de policiais no Quartel.

Foi-nos relatado em várias entrevistas e conversas que o momento de maior tensão ocorreu quando o Exército ameaçou invadir o Quartel. Especulava-se que o CHOQUE estava no local para defender os policiais desarmados em caso de confronto com o Exército, no entanto, alguns policiais não acreditavam que o referido batalhão faria isso. Quanto a essa informação, os relatos se mesclam e divergem. O que podemos afirmar é que o Exército não invadiu. Conversou com as lideranças, pediu viaturas, no entanto, não foram atendidos.

Nos vários dias da greve, uma comissão se dirigia diariamente para reuniões de negociação com o governo estadual. Essas sempre resvalavam em impasses. Vários oficiais foram ao local do evento com o objetivo de compreender como aquela manifestação se configurava. No entanto, foi relatado em vários depoimentos o quanto os praças desconsideravam a autoridade do oficial, “era o mesmo que não existir, quando eles passavam ninguém batia continência.” (Depoimento, dia 9 de janeiro de 2013).

Em matéria do jornal O Povo, também foi retratado a situação no local:

Passar a noite num quartel policial lotado de militares em greve e ameaçado de invasão pelas Forças Armadas não é missão das mais fáceis. Mal se prega o olho, a comida desce quadrada e os ânimos se exaltam ao menor ruído similar ao de tiros. Foi assim a madrugada de ontem, no prédio da 6ª Companhia do 5º Batalhão, no bairro Antônio Bezerra. Chegava gente a todo momento para reforçar a paralisação. E o corredor de motos e viaturas com pneus vazios na estreita e residencial Rua Anário Braga só aumentava. Pelos corredores do quartel, tudo era um amontoado. Mulheres e crianças, garrações de água, fogão industrial, caldeirões, colchões infláveis... A despensa era dormitório e depósito de mantimentos e lixo ao mesmo tempo. Equipes de voluntários alternavam-se na cozinha e na limpeza. Em vários pontos, luzinhas indicavam computadores ligados. O monitoramento de redes sociais acontecia o tempo todo. Assim como a divulgação de tudo o que acontecia referente à paralisação. Os homens perambulavam. Estavam inquietos com a possibilidade de o Exército adentrar o espaço e algum tipo de tragédia acontecer. Não se falava noutra coisa. E havia disposição para o possível confronto. Notícias de arrastões, assaltos e assassinatos chegavam a toda hora. Vinham de todo lugar. “Tropa de

Elite” era a trilha sonora. Ordens de recolhimento de armas e barricadas eram dadas constantemente pelo comando de greve. Nem todos cumpriam. Do viaduto ao lado do terminal, curiosos observavam a movimentação. Faixas da avenida estavam bloqueadas e um PM perdera a moto num ataque no bairro São Gerardo. Dentro do quartel, o sobressalto só arrefeceu pra lá da meia-noite. Mas voltou por duas vezes. Foi ouvir sirenes ao longe para corrermos e averiguarmos se eram parceiros ou rivais dos manifestantes. Foi um policial anunciar que carros próximos à Companhia haviam sido roubados para a tensão ressurgir. O escuro da noite foi pano de fundo para análises do movimento e lembranças de causos. Não havia descanso. Toda hora era hora de planejar o próximo passo. Bastava olhar para as mais de 200 viaturas inutilizadas lotando a rua para ganhar inspiração. Havia ainda o receio de ficarmos sem luz e água encanada. Nem Santo Expedito, tido como protetor da categoria e colocado no jardim da 6ª Companhia, dava jeito à apreensão. No fim, nada de invasão do Exército. Nem de um ponto na greve. (O Povo, 02 de janeiro de 2012)

Nesse momento, até o dia 02 de janeiro, não se sabia ao certo o que iria acontecer. A crise era iminente.

O DIA DO MEDO

As redes sociais e os jornais da cidade noticiam o passo a passo das ações do governo, dos policiais grevistas e da sociedade civil. Escolas, comércios e órgãos públicos foram fechados. O clima de medo e insegurança foi implantado no estado, como se pode ler na reportagem do dia três de janeiro de 2012, do jornal o Povo.

“Notícias de arrastões em Fortaleza se espalharam pelas redes sociais durante a tarde e a noite de ontem. No Twitter, usuários relataram ocorrências em diversos bairros da Capital. (...) Parte das notícias, no entanto, era real. O POVO confirmou pelo menos três arrastões, a partir de relatos de vítimas e testemunhas.” (O POVO, 3 de janeiro 2012).

O dia 03 de janeiro de 2012 configura-se como o estopim da desconsideração da tropa da Polícia Militar sobre o corpo de oficiais. Fortaleza encontrava-se deserta. O fluxo de carros era mínimo e aqueles que se viam trafegar viajavam no sentido praia ao interior do estado. Os voos do aeroporto Pinto Martins saíam lotados, muitos turistas deixaram a capital cearense às pressas.

Os militares ameaçavam parar todas as unidades policiais. O corpo de bombeiros pretendia sair do aeroporto e os policiais que trabalhavam nos presídios estavam prestes a lançar mão de suas atividades. Temiam-se fugas e rebeliões. Anunciava-se na imprensa que a

situação do estado estava insustentável e que mais um dia de paralisação estaria caminhando para a falência da segurança pública cearense. Boatos ou não, o que é possível afirmar é que desde o início da greve, as negociações com o governo do estado punham-se em um impasse e que quase todas as ações de atores políticos resvalavam no agravamento do sentimento de ressentimento da tropa.

Com o comércio fechado, os empresários ainda calculavam o valor exato do prejuízo, que preliminarmente se aproximava de quatro milhões de reais. Nesse contexto, vários líderes, de instituições diversificadas, surgem para mediar às negociações com o Governo do Estado e com a sociedade civil, com o intuito de debater alternativas com os representantes grevistas. Flávio Sabino, presidente da ACSMEC, relata algumas reuniões no decorrer do dia 03 de janeiro de 2012:

“Eu comecei com o CDL, às 10h30min eu estava com o presidente da CDL. Quando eu saí de lá, fui para a igreja evangélica Assembleia de Deus, onde estava tendo reunião de todo o ministério de pastores, capital e interior. Falei com eles, com todos esses pastores, pedi o apoio tanto espiritual quanto pedi o apoio em termos da liderança que eles tinham. Eu sabia que a noite eles estariam reunidos com seus fiéis, que são formadores de opinião e havia um risco iminente de invasão do local (onde os policiais estavam aquartelados). E nós sabíamos que se houvesse (a invasão) haveria derramamento de sangue, e a gente se preocupava muito com isso, muito mesmo, porque nós sabíamos que ali (...) era uma área residencial. (Entrevista com Flávio Sabino, concedida ao LEV).

A partir dos detalhes citados por Flávio Sabino, é possível compreender como os líderes grevistas procuraram não se isolar do contexto social. Na realidade, estes buscaram apoio de outras lideranças para constituir um capital político suficientemente significativo com o intuito de conseguirem manter uma força de negociação nas relações de conflito entre governo do estado e policiais. Tais tentativas foram propostas não apenas a líderes religiosos, mas a empresários que possuíam influência direta no governo do estado, como conta no relato:

Então saímos de lá e fomos até ao SINDUSCON, Sindicato dos Construtores de Fortaleza, onde nós falamos lá com o presidente dos SINDUSCON, que é vice-presidente da FIEC. Então saímos de lá, fomos a Fé Comércio, falamos lá com o Luiz Gastão e fomos até ao Pastor Armando. Tudo isso no sentido de buscar apoio para que esses homens se mobilizassem junto ao governo do estado para que houvesse um canal de negociação, que fosse aberto esse canal e colocasse fim em tudo aquilo. Na Fé Comércio, Luis Gastão nos recebeu e disse de cara que não era a favor, que era contra o que nós estávamos fazendo, mas que nos entendia e os empresários se sentiam culpados por não terem

acompanhado, apesar de ouvirem o nosso grito há muito tempo. Há muito tempo a gente vinha falando e as pessoas ignoram, achando que era mais uma categoria que queria apenas aparecer, isso e aquilo outro, e não levaram a sério e estavam pagando o preço. Então foi um momento muito delicado. Agora eu posso dizer claramente, aos 40 anos de idade, que eu sempre comentava que no meio da polícia, que quem manda no país são os políticos, sempre. Mas eu vi no dia 03 de janeiro de 2012, que nós estávamos completamente errados. Quem manda no país são os empresários. Políticos são apenas fantoches, porque a proposta que eu recebi do presidente da CDL, que não me recordo o nome no momento. Tudo o que eu falei com aquele homem ele anotou ponto por ponto. Procurava me entender e me perguntava sobre cada coisa. E quando se tratou da questão salarial, ele mesmo desenhando assim, nos fez uma sugestão de proposta, né? Se o governo nos fizesse tal proposta nós aceitávamos? Que não era possível projetarmos em razão de uma maneira fracionária. E a proposta que aquele homem nos fez, vamos assim dizer, não é? Que nos sugestionou naquele momento, foi a mesma que às 14h30min o governo fez. E na entrevista, na primeira entrevista que o governador deu na televisão, na TV O Povo, ele cita exatamente que atendeu essas pessoas no gabinete dele lá, no dia três”. (Entrevista com Flávio Sabino, concedida ao LEV).

Ao saírem da reunião com o Governo, as lideranças grevistas voltam ao quartel onde um enorme contingente da tropa se encontrava. Ao anunciar as propostas, os líderes foram ovacionados. Vários policiais e familiares choravam, existia um clima de vitória, pois os policiais militares foram a primeira categoria com a qual o Cid Gomes negociou em estado de greve. Assim, na madrugada do dia 03 de janeiro de 2012, ao aceitarem as propostas, foi anunciado o fim da paralisação de seis dias da Polícia Militar do Ceará.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA. J. R. **Tropas em protesto:** o ciclo de movimentos reivindicatórios dos policiais militares brasileiros no ano de 1997. 2010. 472 folhas. Tese – Universidade de São Paulo. São Paulo.

ALVES. J. C. C. **Memória Dividida:** narrativas acerca do movimento reivindicatório dos praças da Polícia Militar de Minas Gerais no ano de 1997. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/1729.pdf> Acessado em: 20/09/2015 16:30

DAS, Veena. **Critical Events:** An Anthropological Perspective on Contemporary India. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

MINAYO, c. S.; SOUZA, E. R. **Missão Investigar:** Entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MUNIZ, Jaqueline. **Ser policial é, sobretudo uma razão de ser** - Cultura e Cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro. IUPERJ, 1999.

O Povo. **Memórias sobre a greve da PM em 1997**. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/fortaleza/2012/01/03/noticiafortaleza,2367665/veja-como-foi-a-greve-da-pm-em-1997.shtml> Acessado em: 18/09/2015 18:45

SALES, L. J. M. **Medo e Sofrimento Social: uma análise das narrativas de policiais militares em atendimento clínico**. 2013. 126 folhas. Dissertação - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza – Ceará.